

PROGRAMA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA A POBREZA

PARTE 1 - DIAGNÓSTICO

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

A ilha do Maio, com os seus 269 km² de superfície representando 6.7% do território nacional, é a mais próxima da maior ilha de Cabo Verde, Santiago, situando a 23 km a Este desta. É uma ilha predominantemente plana, sendo a sua maior elevação o Monte Penoso com cerca de 436 metros de Altitude. Geo-cronologicamente é considerada a mais antiga de Cabo Verde. O seu nome, ilha do Maio, deve-se à data da sua descoberta, a 1 de Maio de 1460, pelos navegadores portugueses Antonio de Noli e Diogo Gomes.

A ilha possui recursos naturais tais como o gesso, o calcário e a argila que são materiais primas necessárias à produção do cimento e do gesso e o sal. O recurso em água não abundante devido ao semiárido e as características do relevo que não permitem grandes infiltrações de água pluvial.

De acordo com os recursos existentes as potencialidades do desenvolvimento poderão a vir ser orientadas nos diferentes sectores: produção de cimento, exploração do

sal, exploração do gesso e o desenvolvimento turístico e a pesca. A seca prolongada, isto é, o clima cada vez mais seco obriga a orientar o desenvolvimento da ilha baseado nos seus recursos naturais

Apesar das suas potencialidades reais de desenvolvimento a posição económica da ilha do Maio dentro do espaço nacional é ainda reduzido. Porque o sector produtivo é pouco expressivo, os recursos naturais não são explorados por falta de infra-estruturas e apesar da persistência da seca a economia baseia-se no sector primário.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Actualmente a ilha dispõe de, aproximadamente, 6000 habitantes, repartidos por 13 povoados, constituindo a Vila do Porto Inglês, sede do concelho, a maior e principal centro habitacional, com cerca de 1870 habitantes.

O crescimento médio anual da população é de cerca de 1.5%/ano. Os jovens de menos de 15 anos representam 46,8% da população.

Fonte: Recenseamento de 1990

					Chefes de Família		Activos		Desempregados	
Dados	Homens		2293(46,1%)		579		1000		228	
	Mulheres		2676 (53,9%)		480		491		138	
	Total		4969		1364		1491		366	
Actividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
Económicas	625	95	9	151	107	95	4	168	237	1491

1. Agricultura pesca Silvicultura; 2 Industria de Transformação; 3 Agua, Gas, Electricidade; 4 Construção; 5 Comercio de Grosso e Retalho, Hóteis e Restaurantes; 6 Comunicação, Magasinage; 7 Banco, Finanças; 8 Serviços dela collectivités; 9 Actividades diversas.

HABITAÇÃO

Segundo o recenseamento de 1996 feito no âmbito do projecto da electrificação da Ilha. A situação da habitação no concelho é a seguinte cerca de 372 casas são consideradas pobres, isto é, ou não tem requisitos mínimos para habitar ou estão degradadas.

EMIGRAÇÃO

A população da Ilha do Maio emigra preferencialmente para Roterdão e Delfzijl, na Holanda, onde encontram facilmente trabalho nas actividades portuárias. Por esta razão, a taxa de emigração é essencialmente elevada entre os Homens. Todavia, o reagrupamento familiar começa a ser um facto, dado que a actual política de imigração holandesa incentiva a que o mesmo aconteça, quer por razões económicas quer por motivos de ordem demográfica.

A maior fatia do P.I.B da Ilha provém da remessa dos emigrantes.

Os emigrantes do Maio mantêm com os familiares, uma relação de entreaajuda muito forte, essencialmente através de apoio económico.

Todavia, a taxa de retorno não tem qualquer expressão, nem tão pouco se verifica por parte dos emigrantes investimentos na Ilha. Encontrámos alguns casos de retorno, mas apenas de reformados.

5. INFRAESTRUTURAS DE DESENVOLVIMENTO.

5.1 Água potável

De acordo com o quadro abaixo mencionado, necessitamos de 263 m³/dia de água para abastecer toda a população da Ilha e neste momento só temos disponível cerca de 215m³/dia, o que significa um défice de aproximadamente 60 m³/dia. A salinidade da água é bastante elevada e está foram dos parâmetros das organizações internacionais o que nos obriga a procurar ovos lençóis subterrâneo ou procurar nova

alternativa tal como a dessalinização para abastecer a população. Os chafarizes necessitam de ser adaptados as exigências higiénicas actuais e Os reservatórios de Praia Gonçalo e Stº António Precisam de reparações.

Fonte: Serviço municipal de água

Designação	Necessidade água potável(m3)	salinidade(µs/l)	Numero chafarizes
Vila	100	2000	3
Morro	10	1100	1
Calheta	50	1300	2
Morrinho	14	1300	1
Cascabulho	12	1300	1
Pedro Vaz	10	2000	1
Stº António & Praia Goncalvo	7		2
Alcatraz	10	2500	1
Pilão Cão	10	1300	1
Ribeira D. João	10		1
Figueira	15	2000	2
Barreiro	15	1050	1
Total	263		

Não existe Laboratório para controle de qualidade e o único tratamento que se faz é a desinfecção com cloro.

A localidade de R.D.João é abastecido através de um poço de boca aberta, Stº António & Praia Gonçalo são abastecidos através de autotanque e as restantes são abastecidos através de furos.

Durante o primeiro semestre de 1999 a ilha será contemplada com um sistema de dessalinização de água com uma capacidade de 307m3/dia, o que representa cerca de 50l/dia por habitante

O sector de abastecimento de água beneficiou do projecto Programa Regional Solar (PRS) financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento. Somente três aldeias não beneficiaram deste projecto, neste momento 80% das habitações estão ligadas á rede de água.

Reservatórios

todas as localidades possuem um reservatório com capacidade suficiente para fazer face as necessidades nos próximos cinco anos e estão em bom estado de conservação exceptuando os de Praia Gonçalo e Stº António.

5.2 Saneamento do Meio

Água Usadas

Nenhum dos centros habitacionais da ilha possui rede de esgotos. Na Vila do Maio mais de 50% das casas não possuem fossas cépticas e não existe nenhuma sentina pública na Ilha.

Tratamento do Lixo

Actualmente não dispomos de um sistema eficiente para recolha de lixo no concelho. A recolha faz-se na Vila onde existe 30 contentores 220 l e no Barreiro onde existe 8 contentores da mesma dimensão. Existe uma lixeira onde procedemos a queima do lixo.

A taxa de ligação domiciliária na Vila é de 65%, isto é 338 ligações.

ENERGIA

Neste momento somente a Vila beneficia de energia eléctrica, em média 18 horas/dia. O consumo de energia eléctrica para fins domiciliários tem aumentado bastante e está exigindo instalações novas, aquisição de novos geradores, aquisição de contadores e informatização da cobrança.

A Ilha do Maio vai ser contemplada no início do próximo ano com um projecto para a electrificação global da Ilha cujo financiador é a União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

REDE DE COMUNICAÇÃO/TELECOMUNICAÇÃO

Rede de Comunicação

Actualmente existe cerca 26 Km de estradas no concelho o que é inferior a 50% das necessidades do Concelho e constitui um dos constrangimentos ao desenvolvimento turístico e industrial da Ilha

Telecomunicação

Neste momento existe duas centrais telefónicas com capacidade de 400 assinantes cada e dispõe de quatro rádios rurais e somente a duas localidades do Norte da Ilha Stº Antonio e Praia Gonçalo.

A rede de telecomunicações contempla 7 localidades incluindo Vila do Maio beneficiando cerca de 85% da população Existindo actualmente assinantes.

EDUCAÇÃO

Pré Escolar

Existe uma rede de jardins Infantis em todas as localidades da ilha exceptuando Praia Gonçalo e Stº António, Na vila há dois centros privados um da OMCV e outro Paroquial com uma capacidade total de respectivamente 290 e 180 crianças cada. O constrangimento no sector é sobretudo devido a falta de professores formados e de materiais didácticos

tendo em consideração que 50% destas crianças são oriundos de famílias pobres.

ENSINO BÁSICO INTEGRADO

O ensino básico abrange toda a ilha e todas as crianças em idade escolar frequentam o EBI e encontra-se dividido em dois ciclos:

1º ciclo de 1ª a 4ª classe em todas as localidades

2º ciclo 5ª e 6ª classe que se encontra repartido em quatro pólos (Vila, Barreiro, Calheta e Pedro Vaz), totalizando 1480 alunos. Os constrangimentos são fraca % de Professores formados, algumas infra-estruturas não adaptadas para o funcionamento dos polos, Inexistência de Biblioteca nos pólos e falta de materiais didácticos

ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário no Maio actualmente vai até o décimo ano de escolaridade, depois para prosseguir os estudos os alunos tem de seguir para Praia, o liceu tem uma capacidade para 640 alunos e neste momento 553 alunos frequentam este estabelecimento.

Constrangimentos:

Infra-estruturas inadequadas para o funcionamento do Ensino Liceal

Formação dos Professores do Ensino Secundário

Falta de materiais para os laboratórios de Física, Química, Ciências Naturais e Ensino Tecnológico.

Falta de material escolar para os alunos carenciados problema de Transporte Escolar.

Alfabetização

programa de alfabetização na Ilha abrange as populações com idade compreendida entre 20 e 40 anos cujo maior percentagem são mulheres na última fase de formação existe programa específicos de formação para auto emprego

Constrangimentos

Falta de materiais e equipamentos

5.6 SAÚDE

No que concerne à saúde, a ilha dispõe actualmente de (1) um médico, (4) quatro enfermeiros, (1) um técnico de laboratório, e (10) dez agentes sanitários.

Como infra-estruturas de saúde existem na ilha:

Um Centro de Saúde, na Vila do Maio, dispendo de

- . um laboratório cujos equipamentos já se encontram obsoletos;

- . uma enfermaria com sete camas;

- . serviços da Protecção Materno Infantil/Planeamento Familiar;

- . secretaria.

Um Posto Sanitário na povoação da Calheta e um em Pedro Vaz

Três Unidades Sanitárias de Base, respectivamente nas povoações Morrinho, Barreiro e Pilão Cão

É de realçar que a falta de um programa de saúde reprodutiva sobretudo no meio é uma das causas de que o número de filhos por mulher é ainda bastante elevado,

originando a má nutrição e a proliferação de mais bolsas de pobreza.

A insustentabilidade do sector faz com que os pobres não têm acesso a medicamentos em quantidade e qualidade desejada o que têm como consequência a propagação nas zonas pobres de algumas doenças contagiosas.

- Uma Farmácia Privada.

Constrangimentos

Inexistência de um aparelho de Raio X

Inexistência de Equipamentos para a medicina dentária;

Inexistência de Equipamentos de pequena Cirurgia;

Inexistência de Equipamentos para Ecografia;

Falta de um novo centro de Saúde na Vila do Maio;

Falta de equipamentos para as Unidades Sanitárias de Base.

6 ACTIVIDADES PRODUTIVAS

6.1 SECTOR PRIMÁRIO

a) Pecuária

A pecuária tradicionalmente praticada desde a ocupação da ilha, sempre constitui a actividade principal da sua população e é de peso na sua economia. Produzia além de peles de cabras, carne seca e carne salgada que eram exportadas. A pecuária da ilha é relativamente importante e é constituída fundamentalmente por caprinos, bovinos, equídeos, suínos... Segundo o Recenseamento Agrícola de 1988 na ilha do Maio a distribuição das explorações em percentagem segundo a espécie de gado era a seguinte: das 696 explorações agrícolas familiares, 24 das explorações criam bovinos; 71 caprinos; 1 ovinos; 39 equídeos; 78 de suínos. O desenvolvimento da pecuária e de suas produções estão estreitamente condicionados pelo desenvolvimento dos recursos forrageiros e alimentares do gado. Através das medidas de melhoramento das pastagens e de sementeira de pasto forrageiro, hoje encontram-se importantes áreas de pastagem no litoral Oeste, perto de Calheta, Morrinho e Cascabulho. Também esta actividade é desenvolvida nas zonas de regadio principalmente em Figueira e Laje Branca. Existe um Centro Zootécnico em Calheta implantado antes da independência, com o objectivo de criar rebanhos de ovinos caraculos mas que deixou de funcionar actualmente, porque havia a intenção de melhoramento de raça que não avançou até este momento.

Constrangimentos

Falta de Assistência técnica aos criadores

Inexistência de novas raças

Avicultura pouco desenvolvida

b) Agricultura

O clima muito seco da ilha do Maio confere-lhe condições de produção agrícola particularmente desfavoráveis mas que no entanto são melhores que Boavista.

Regadio

A agricultura de regadio no Maio consta de um sector tradicional importante em vias de modernização representado por pequenos agricultores e cooperativas agrícolas.

As áreas de maior extensão de regadio situam-se nos vales das ribeiras e nos planaltos ao norte da ilha, nas zonas de Lage branca e Cascabulho.

As principais culturas são batata, cebola, couve, cenoura, repolho, tomate e abóbora.

Constrangimentos

Falta de água

Má distribuição geográfica da água

Salinidade bastante elevada

Alguns dados sobre a agricultura no Concelho do Maio

	Maio	Nacional
Número total de exploração agrícolas	696	32.193
Porcentagem de mulheres chefes de exploração agrícola	43	36
Explorações que cultivam só no sequeiro (%)	89	77
Explorações que cultivam só no regadio (%)	0	1
Explorações que cultivam no sequeiro e no regadio (%)	11	22
Área total cultivável no sequeiro (litros)		
Superfície cultivável no sequeiro por exploração (litros)	9,1	12,0
Superfície cultivável no regadio por exploração (litros)	0,3	0,9
Formas de exploração no sequeiro (%):		
- Conta própria	11	41
- Parceria	0	19
- Renda	0	29
- Outras	89	11
Formas de exploração no regadio(%):		
- Conta própria	9	50
- Parceria	0	20
- Renda	1	14
- Outras	90	15
Disposição dos terrenos cultiváveis (%):		
- No fundo das ribeiras	11	4
- Nas achadas	61	30
- Nas encostas	28	67
Nível de protecção das áreas cultiváveis (%):		
- Áreas sem protecção	97	57
- Áreas protegidas com terraços	1	10
- Áreas protegidas com muretes	0	25
- Áreas protegidas com diques	0	7
- Áreas protegidas com áreas (florestação)	2	19

Silvicultura

O potencial de reflorestação de Maio com essências de clima árido é relativamente importante. A área total reflorestada é de cerca de 3200 ha.

Actualmente um grande perímetro está a ser explorado por três cooperativas para produção de lenha e do Carvão 10.000 kg/mês.

2. Pesca

O mar da ilha do Maio é rico em recursos haliéuticos. Existe uma grande variedade de espécies não só de peixe, mas também de crustáceos e moluscos. Segundo Moal a ilha de Maio tem uma plataforma estimada em 2.450km² formando juntamente com a ilha Boa Vista, a maior plataforma insular do país (6450 Km²) e seu potencial dos recursos pesqueiros avaliado em:

Demersais	7.250 ton
Pelágicos costeiro	1.500.ton
Pelágicos oceânicos	1.000-2.000 ton
lagosta costeira	400 ton

Muito embora o sector da pesca conste como um dos mais promissores tanto para a economia da ilha como para a economia nacional, ele está a enfrentar constrangimentos de certo modo semelhantes a todas ilhas de Cabo Verde, sendo as principais dificuldades ligadas á captura, ao escoamento e aos aspectos relacionados com a comercialização.

a) Pesca artesanal

A pesca artesanal é uma actividade tradicional que reúne cerca de sessenta botes de madeira com cerca de 4m de

cumprimento, 90 % dos quais estão equipados com motores fora de borda de 8HP e quase duas centenas de pescadores.

Existem 10 lugares de desembarque de pescado disseminados pelo litoral da ilha, mas não existe um verdadeiro porto, uma vez que o “ porto” da Vila do Maio é constituído apenas por um pequeno desembarcadouro que serve o tráfego dos barcos utilizados no transporte do sal.

O esforço de modernização para aumentar a produção pesqueira, e também a área de captura, alcançando os pontos mais ricos, pela introdução da motorização de botes, experimentou sem contestação uma melhoria substancial durante o período 1981-88.

A produção média anual da pesca artesanal pode-se estimar em 396 toneladas.

Esta produção, se analisada em termos de produção disponível para consumo per capita apresenta um índice bastante elevado (em média 67 Kg/hab/ano) no período 87/89 comparativamente à média nacional (13.7Kg/hab/ano).

No entanto parte desta produção é canalizada regularmente para a Praia por excesso o que acontece em parte por falta de poder de compra dos habitantes da ilha. uma pequena parte tem vindo a ser absorvida pela unidade de conserva existente, na Vila do Maio, desde 1988.

O rendimento por bote é baixo (uma média de 6.4t/bote/ano) quando comparado com o das ilhas de S. Vicente, 12 t/bote/ a e, Sal, 10 t/bote/ano.

As capturas de lagosta, um dos recursos mais importantes da ilha, praticada por alguns pescadores e mergulhadores por conta própria, não é controlada, o que dificulta avaliar as produções.

INFRAESTRUTURAS

É certo que com os investimentos no âmbito de dois projectos, o Projecto Integrado do Maio (PIM 1ª fase 1978-81 e 2ª fase 1981-85) financiado pela organização não governamental alemã WFD e o Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal no Maio (PRODEP) financiado pela Itália, de Março de 1988 a Outubro de 1989, conseguiu-se materializar algumas inovações, contribuindo assim para que o sector de pesca deixe de ser uma actividade totalmente marginalizada na ilha do Maio.

O sector de pesca artesanal beneficiou assim de algumas infra-estruturas destinadas basicamente a apoiar a comercialização do pescado.

- Uma unidade de salga e seca de peixe com capacidade de 2,5 ton/dia e uma área de 350 m2.

No âmbito do projecto italiano:

-Unidade de frio com 2 câmaras de congelação (6 e 10 ton)
- Duas câmaras de refrigeração com capacidade total de 20 toneladas.

Uma máquina para o fabrico de gelo em escama com capacidade de 500 Kg/dia.

Uma oficina de reparação de motores fora de borda.
Unidade de Conserva

No âmbito do PRODEP foi instalada uma linha artesanal de conservas, que traduziu na reabilitação de uma unidade da fábrica antiga pertencente a um privado e que deixou de funcionar há mais de quinze anos, com uma capacidade de laboração de 500 kg/dia. A unidade não funciona neste momento porque uma parte do equipamento já é obsoleto.

Sede de Assistência aos pescadores

No âmbito do programa das micro-realizações e em parceria com a Câmara e os pescadores foi construído na vila um espaço onde está instalado uma máquina de gelo de 1500 kg/dia, uma loja de venda de materiais de pesca e uma arrecadação tudo sob a gestão da associação dos pescadores.

Existe ainda um abrigo de pescadores na zona de porto Cais em estado bastante degradado.

Os constrangimentos

Falta de Assistência técnica

Falta de Formação dos pescadores

Necessidade de Substituição dos botes por embarcações de 7 metros com motor interno

Necessidade de Renovação dos equipamentos da fábrica

Falta de incentivos Financeiros aos pescadores

e) ACTIVIDADES EXTRACTIVAS.

A ilha possui uma grande quantidade de argila mas o único centro de cerâmica equipado com material de produção e com laboratório existente na ilha encontra-se desactivado por causa de inexistência de pessoal qualificado no sector.

A cal e o gesso não estão a ser explorados por falta de mercado a nível do país. O sal têm uma exploração artesanal apesar da grande capacidade da salina existente, neste momento produz-se cerca de 4ton/ano e o maior mercado é Santiago, Fogo e Brava e prepara-se para colocação no mercado a partir do próximo ano o sal iodado segundo as recomendações da OMS.

As pedras ornamentais cuja procura vem aumentando significativamente constituem uma outra potencialidade do sector.

SECTOR SECUNDÁRIO

Sector industrial

O sector industrial no Maio é inexistente. Os principais projectos concernem a construção eventual de uma cimentaria e das salinas. A construção da 2ª fase do porto que está em curso está intimamente ligada à realização dum dos dois projectos que acabamos de citar.

Sector Artesanal

A promoção do sector artesanal na base da valorização de matérias-primas locais sobretudo quando estas existem em quantidade apreciável e que sua exploração pode ser economicamente viável deve merecer uma atenção particular dentro dos objectivos globais da política de desenvolvimento.

O aproveitamento das potencialidades de matérias-primas locais pela promoção e consolidação das unidades de produção artesanal pode assim contribuir para a superação da estrutura puramente agrária da ilha do Maio.

A ilha possui grande potencialidade no domínio da produção artesanal, nomeadamente no sector de materiais de construção (cal, gesso e barro).

Relativamente ao gesso se estima a existência de uma reserva de matéria-prima à volta de 300 000 toneladas, em condições exploráveis, próximo da localidade de Morrinho; O calcário para a produção de cal viva abunda em toda a ilha. No entanto, dois jazigos dignos de exploração estão localizados no norte da ilha, perto de Cascabulho, com uma reserva estimada em 1200000 Ton e na região de Morrinho em 650000 ton.

Existem na localidade de Morro uma unidade de cerâmica e uma unidade de tecelagem na Calheta estas unidades tem deparados com muitos problemas entre as quais a falta do mercado e de formação do pessoal.

Constrangimentos:

Falta de pessoal qualificado

Falta de promoção do produto

Falta de Equipamentos modernos

SECTOR TERCIÁRIO

Transporte

O sector de transporte está em plena progressão na ilha sobretudo depois da construção do último troço de estrada o numero de viaturas no concelho é de . O transporte público que é assegurado por carrinhas abertas e fechadas totalmente privadas. Os autocarros existentes servem exclusivamente para o transporte de alunos.

Comercio

O comercio é um dos sectores que emprega muito pessoas sobretudo as mulheres como vendedoras ambulante, essa actividade é desenvolvida em grande parte por emigrantes de regresso ao país totalizando 93. A venda dos produtos da primeira necessidade é feita pela empresa pública de abastecimento EMPA. A ilha possui um único vendedor a grosso.

TURISMO

A ilha do Maio com apenas 6 mil habitantes encontra uma das suas maiores riquezas nas suas praias. Em torno da ilha estendem-se belas e enormes praias de areia fina e água límpida e transparente e algumas salinas praticamente virgens. Sob um sol constante durante todo o ano.

As infra-estruturas turísticas existentes são: um Hotel 25 camas, um Residencial com 14 camas e um complexo turístico com 66 camas. no decorrer deste ano ouve algumas solicitações por parte dos operadores turísticos interessados em investir no Maio.

Constrangimentos:

O constrangimento do desenvolvimento turístico no Maio é sobretudo ausência de Infra-estruturas de base: Estradas, Energia Eléctrica e Telecomunicações e Água.

FUNÇÃO PUBLICA

Finanças Públicas

As receitas cobradas são insignificantes se comparadas ao total das receitas ordinárias do Estado a nível nacional (0.12%).

A fraca capacidade de cobrança resulta fundamentalmente de dois factores:

Dependência da economia da ilha da pesca artesanal e agricultura/silvicultura/pecuária, sectores fracamente taxados.

Inexistência de importação directa por parte dos comerciantes da ilha.

Finanças Municipais

As principais fontes de receitas são as receitas próprias e as transferências do Orçamento Geral do Estado. O orçamento do Município ronda os cinquenta milhões de Escudos caboverdiano.

BANCOS

A única agência existente no concelho é o de BCA.

PERFIL DOS POBRES NO CONCELHO

O fenómeno da pobreza na ilha é bastante expressiva e as bolsas de pobreza encontra-se sobretudo nas localidades de Calheta, Morrinho, Cascabulho Praia Gonçalo e Alcatraz tendo como indicadores o numero de casas de pobres ou degradadas cerca de 372, 30%, uma taxa de desemprego galopante 28% sobretudo no meio rural e nas mulheres solteiras chefe de família. O número de pessoas nas FAIMO é de aproximadamente 500.

As principais causas da pobreza são: A falta de chuva, redução de emigração para Europa, o baixo nível de escolaridade/instrução e fraqueza da base produtiva e às próprias características da economia, a Elevada taxa de fecundidade conjugada com mortalidade em queda acentuada se traduz num ritmo crescimento populacional acima das reais possibilidades do país, tendo como consequências empobrecimento das famílias camponesas, degradação do meio ambiente, deterioração de nível de vida das populações, desemprego.

Os parceiros do programa são Câmara Municipal, serviço desconcentrados, ONG, associações, emigrantes e cooperação internacional.

ESTRATÉGIAS ACTUAL DE LUTA CONTRA POBREZA

Tendo em consideração as limitações financeiras do município, a estratégia actual de luta contra a pobreza visa sobretudo, a procurar reforçar o associativismo acompanhado de programas de desenvolvimento comunitário. tais como:

Criação de associações para desenvolvimento comunitário;
 Orientar as actividades no meio rural em direcção ao sector produtivo tais como exploração florestal pecuária, Pesca e pequenos negócio,
 Construção de infra-estruturas económicas
 Procurar soluções para problema de água para agricultura.
 Formação para emprego e o auto-emprego em sectores actividades bem definidas.
 Redução de problema de água no meio rural, quer para o consumo quer para irrigação.

2ª PARTE

Estratégias de luta contra a pobreza

Princípios orientadores

Reduzir a pobreza de forma durável e sustentada. Ser é viver numa situação de privação permanente de satisfação das necessidades básicas (saúde, alimentação e saneamento básico, água potável, etc.), de acesso á educação, á informação e á participação e de rendimentos que confere um «modo de vida» durável. A luta para a redução da pobreza deve, pois, atender ao seu carácter complexo e multi-dimensional (económicos, social, cultural e político). Logo o combate á pobreza deve ser holístico, direccionado para as causas da pobreza, incluindo-se nestas os comportamentos e atitudes reprodutores da pobreza.

Combater a pobreza no quadro descentralizado. A luta contra a pobreza deve travar-se lá onde estão os pobres e com os pobres logo, no quadro descentralizado. O combate eficaz á pobreza está, pois, em grande parte ligado á descentralização, enquanto processo estimulador da participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural. As actividades previstas no PNLP serão realizadas essencialmente ao nível das comunidades pobres e em resposta a necessidades expressas pelas populações.

Promover a participação e a coordenação de esforços. A pobreza diz respeito a todos: os pobres e os não pobres. A luta contra a pobreza só será conseguida coma participação e o envolvimento de todos, num quadro de coordenação de esforços: do governo, das autoridades municipais, da sociedade civil em geral, e em particular das organizações não governamentais, das organizações do sector privado e dos próprios pobres, dos parceiros externos, etc, e numa base de diálogo e parceria para a construção de alianças estratégicas para o combate á pobreza.

Objectivos do PMLP

A natureza estrutural da pobreza em Cabo Verde faz com que a sua erradicação só possa ser encarada numa perspectiva de longo prazo. É neste contexto que o PNLP se propõe promover a redução sustentada e durável da pobreza no país, fixando-se os objectivos específicos seguintes:

- Promover a integração dos grupos pobres da população no processo de desenvolvimento.

Programas de sensibilização e formação.
 Aumento de nível de escolaridade/instrução da população.
 Reduzir o número gravidez precoce e número de filhos por mulher
 Encorajar os jovens para emigração.
 Alargar o número de beneficiários de SPSM
 Programa de apoio na auto construção e recuperação de casas.

- Melhorar os indicadores sociais dos pobres
- Reforçar a capacidade institucional de planificação, coordenação e seguimento das actividades de luta contra a pobreza

Grupos alvos prioritários

O PNLP pretende focalizar a sua actuação nos 30% da população que vivem abaixo do limiar da pobreza, com prioridade para os seguintes grupos alvo, os quais se interpenetram:

- Mulheres, sobretudo as mulheres chefes de família
- Desempregados e, particularmente, os jovens desempregados
-
- Trabalhadores das FAIMO
- Os grupos vulneráveis
- As crianças carenciadas

Estratégias e medidas de política

Melhorar a capacidade produtiva dos pobres

Lutar contra a pobreza é criar condições para que os pobres possam participar de forma activa na economia. Importa, nesse sentido, melhorar a capacidade produtiva dos pobres, por forma a possibilitarem-lhes a beneficiar das oportunidades que o desenvolvimento oferece. Três vias estratégicas são consideradas pelo PMLP:

Facilitar o acesso dos pobres aos meios de produção e outros recursos nomeadamente através do micro-crédito, para uma ocupação durável. Trata-se de possibilitar o acesso dos grupos ao capital e meios de produção que lhes permitem tirar proveito das oportunidades de mercado pelo desenvolvimento de actividades geradores de emprego e rendimento e de micro-empresas, através do micro-crédito.

Promover a formação para o emprego e o auto-emprego. A melhoria da capacidade produtiva dos pobres passa, fundamentalmente, pela sua qualificação através de programas de formação/educação dirigidos às camadas pobres e, particularmente, aos jovens e ás mulheres, que os habilitem ao emprego e ao auto-emprego.

Aumentar a produtividade dos pobres, particularmente no meio rural. Aumentar a produtividade e os rendimentos agrícolas na perspectiva de segurança alimentar impõem-se como prioridades da luta contra a pobreza, havendo que garantir a sustentabilidade de longo prazo da actividade agrícola, desenvolver a investigação, a extensão e a formação, promover a distribuição e comercialização e orientar-se para as necessidades do pequeno agricultor.

Reconverter as FAIMO na óptica do combate á pobreza

Constituindo uma importante fonte de emprego para as camadas mais pobres da população, as FAIMO transformaram-se, com o tempo, na mais importante rede de segurança para as mesmas. Representam, assim, um canal de primeira escolha para atingir os pobres. No entanto, algumas das suas características conduzem á criação de uma dependência perversa e consequente quebra de incitava que, a longo termo, se auto-reproduz.

As FAIMO não possibilitam uma porta de saída da situação de pobreza. Por conseguinte, a reconversão das FAIMO situa-se na perspectiva de redução durável da pobreza.

É certo que uma parte importante da população rural tornada excedentária pela fraqueza da actividade agrícola não consegue sobreviver fora de um sistema de trabalhos públicos para o emprego. No entanto, a sustentabilidade do sistema a longo prazo exige que a reconversão das FAIMO seja orientada para a construção de uma estrutura económica local. Neste contexto, a reconversão das FAIMO fixa-se como objectivos:

- Promover gradualmente a inserção dos trabalhadores das FAIMO nos circuitos económicos pelo emprego e pelo auto-emprego, através da formação profissional, da criação de actividades geradoras de rendimento e de micro-empresas, do aumento da produtividade agrícola, etc.
- Promover o desengajamento afectivo do Estado e dos Municípios da execução directa de obras, em benefício da eclosão de pequenas e micro-empresas, empreiteiros, etc.
- Extinguir progressivamente as FAIMO, enquanto sistema de segurança social e instaurar um sistema de trabalhos públicos para o emprego, mais eficaz e produtivo.

As vias estratégicas e medidas propostas são as seguintes:

Promover um sistema de trabalhos públicos para o emprego mais produtivo, e mais eficaz, sem características de segurança social, através da diversificação das áreas de intervenção voltadas para a luta contra a pobreza, da melhoria da planificação e organização, da formação do capital humano e da introdução de modelos alternativos de execução dos trabalhos, em que estes passariam a ser executados por empresas e empreiteiros locais privados.

Integrar os trabalhadores FAIMO na economia pelo emprego e auto-emprego, visando uma redução da incidência das FAIMO, ao oferecer portas de saída do sistema, e logo da pobreza, através do desenvolvimento do capital humano pela educação e formação profissional e do acesso aos meios de produção.

Criar um novo enquadramento institucional que promova a reconversão efectiva das FAIMO e sua extinção enquanto sistema de segurança social. Tal quadro apela irremediavelmente para um novo figurino no qual nem o Estado nem o Municípios têm uma intervenção directa na execução de trabalhos públicos para o emprego.

O novo enquadramento passa, nomeadamente, pela criação e operacionalização de uma Unidade de Coordenação que agirá como dono de obra delegado de projectos que lhe são confiados pelo Estado e pelos Municípios, no âmbito dos programas de trabalhos públicos para o emprego.

Melhorar as infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres

A melhoria das infra-estruturas económicas e sociais nas comunidades pobres visa, de uma forma geral, criar para se validamente nos processos municipal, regional e nacional de desenvolvimento. Três objectivos são prosseguidos: (*) a melhoria do fornecimento de serviços para os pobres; (**) a criação de uma capacidade local; (***) a criação de empregos em resultado da execução dos trabalhos.

As actividades serão desenvolvidas com base na participação das comunidades pobres em todas as etapas por forma a, por um lado, garantir uma correspondência real com as necessidades expressas pelas populações e, por outro, assegurar a sua capacidade.

Corrigir desequilíbrios na prestação de serviços sociais e outros básicos

Como sublinha o relatório do Desenvolvimento Humano 1997, é na privação das condições de vida das pessoas que a pobreza se manifesta em si mesma. A pobreza, mais do que a privação de rendimentos, significa um insuficiente acesso a oportunidades e escolhas elementares. Por isso, o PMLP dará prioridades aos seguintes aspectos:

Acesso dos pobres á educação. O acesso à educação e formação constitui um factor importante de luta contra a pobreza. O Programa Municipal de Luta Contra a Pobreza considera como eixo fundamental para o sucesso da redução sustentada e durável da pobreza o investimento na educação, em geral, e na educação dos grupos sociais mais desfavorecidos, em particular. Neste sentido, propõe-se:

- Contribuir para a redução das taxas de abandono e de repetência;
- Prosseguir e reforçar o programa de cantinas escolares para as crianças pobres;
- Reforçar a alfabetização funcional/educação de adultos;
- Dar atenção prioritária, nos programas de expansão e melhoria da rede, á cobertura das bolsas de pobreza;
- Promover o desenvolvimento de jardins infantis nas localidades mais pobres.

Acesso á saúde e nutrição. O objectivo pretendido é o de elevar os indicadores de saúde e, particularmente reduzir a mortalidade infanto-juvenil e a malnutrição crónica e aguda. Para tal, pretende-se:

- Reforçar os programas de vacinação para as crianças menores de cinco anos;
- Introduzir a vertente saúde reprodutiva como uma das valências médicas nos centros de saúde;
- Melhorar o acesso das populações pobre ao planeamento familiar;
- Melhorar o estado nutricional das crianças menores de cinco anos;
- Melhorar o acesso aos medicamentos essenciais;
- Reforçar a informação, educação e comunicação comunitária;
- Melhorar a coordenação institucional entre os serviços públicos e as organizações de sociedade civil.

Acesso á água potável e ao saneamento básico e a habitação. A melhoria dos indicadores nessas áreas apela ás seguintes medidas:

- Dotar as comunidades pobres de infra-estruturas básicas nessas áreas
- Desenvolver programas de informação e educação
- Promover a habitação social para as camadas mais pobres, pela auto-construção

Desenvolver a solidariedade e a protecção social.

Há grupos da população atingidos por situações de vulnerabilidade permanente que o incapacitam de tirar proveito das oportunidades criadas pelo desenvolvimento em geral ou pelo próprio PMLP. Importa reduzir a vulnerabilidade desses grupos, através de transferências directas que permite satisfazer minimamente as suas necessidades imediatas. As estratégias definida pelo Governo visa a sua integração progressiva no “Sistema de protecção social mínimas” (SPSM), o qual visa consolidar diferentes prestações sociais, tais como o apoio pecuniário, a assistência alimentar e o apoio médico e medicamentoso.

Combater a pobreza no seio das Mulheres

Estudos revelam que ser mulher aumenta as probabilidades de ser pobres. A extensão da pobreza na camada feminina recomenda, pois, que as mulheres e particularmente as mulheres chefes de famílias, geralmente mães solteiras, constituam alvos prioritários do PMLP. Muitas famílias da ilha são chefiadas por mulheres. Investir na promoção da condição feminina tem efeitos multiplicadores que se estendem às famílias e às comunidades na qual se encontra inserida.

Em termos estratégicos, o PMLP procurará incluir a dimensão feminina, transversalmente, em todas as actividades. Medidas específicas dizem respeito a:

- *Promoção da integração das mulheres pobres nos circuitos económicos.* Trata-se de potenciar o dinamismo das mulheres em actividades tradicionalmente desenvolvidos por elas, tais como no sector informal e no sector agro-pecuário, e em novas actividades, através da formação e informação da facilitação do acesso ao crédito.
- *Criação de condições para uma maior participação da mulher,* o que passa pela adopção de medidas que aumenta a sua disponibilidade e pelo re-

equacionamento das relações de género no sentido de uma maior co-responsabilização dos homens enquanto pais

- *Elevação do nível de capacitação das mulheres pobres, pela alfabetização e formação profissional,* para aumentar as possibilidades de acesso ao emprego e auto-emprego.
- *Reforço da educação para a saúde e, particularmente da saúde reprodutiva.* As famílias numerosas, particularmente as chefiadas por mulheres, são as mais pobres. Acções no domínio da saúde reprodutiva em direcção ao casais, jovens e demais interessados serão implementadas por forma a permitir a definição e a escolha livre e consciente do tamanho da família, salvaguardando a busca da saúde da mulher e da criança.

Mobilizar a sociedade para a Participar na luta contra a pobreza

A luta contra a pobreza, inserida numa dinâmica e perspectiva mais global de desenvolvimento sustentado e equitativo, exige o engajamento de todos: do Governo, das Autarquias locais, dos actores sociais quer sejam organizações não governamentais, quer sejam instituições privadas, e dos parceiros de desenvolvimentos de cabo verde. Exige, sobretudo, o envolvimento das populações e das comunidades pobres como condição de sucesso a longo prazo.

Os objectivos procurados consistem em, através do desenvolvimento de metodologias, participativas, criar uma capacidade local endógena, por forma a que os grupos pobres participem na identificação e resolução doas seus próprios problemas, enfim apropriem-se do processo de melhoria das suas condições de vida, em rotura com a mentalidade assistencialista e de dependência em relação ao Estado - Providencia. Procurar-se-á, ainda, através da informação e da comunicação sensibilizar e envolver todas a sociedade na luta contra a pobreza. Às ONG é atribuído um papel importante neste processo.

Reforçar a capacidade institucional para planificar, coordenar e implementar actividades de luta contra a pobreza

A luta contra a pobreza é uma questão complexa que exige uma intervenção multifacetada. Por isso, é de importância fundamental o reforço da capacidade institucional para planificar, implementar, coordenar, seguir e avaliar as actividades de luta contra a pobreza. Esse reforço deve processar-se a todos os níveis: das comunidades, para a consolidação do associativismo comunitário, das ONG, do município e também a nível central.

Sub-programa 1. Integração dos grupos pobres na economia.

Componente 1. Promoção e desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento
Objectivos específicos Promover as tecnologias apropriadas visando a melhorar a produtividade de alguns sectores de actividades, Organizar e formar os grupos beneficiários em vista de aproveitar as potencialidades da ilha.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos cv)
<u>1. Agricultura.</u>						
1.1. Desenvolvimento da micro-irrigação	Agricultores pobres da ilha Trabalhadores das FAIMO	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de terras nas zonas onde água é disponível - Micro-crédito - Assistência técnica - Formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da pobreza na ilha, - Aumento da produção hortícola - Racionalização da utilização da água na agricultura - Melhoria das capacidades de produção dos agricultores 		1999-2003	130.000
1.2. Introdução de espécies hortícolas mais adaptadas às condições climáticas e salinidade de água						
<u>2. Pecuária</u>						
1.1. Promoção do desenvolvimento dos caprinos e ovinos através de um melhoramento das condições de produção	Criadores pobres do Norte da ilha Trabalhadores das FAIMO	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de novas raças - Melhoramento da alimentação - Reabilitação do Centro Zootécnico de Calheta - Micro-crédito, - Assistência técnica - Formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - redução da pobreza no nordeste da ilha - Aumento da produção de carne e de leite - Melhoramento das capacidades de produção dos criadores, - Melhoramento da qualidade do queijo 		1999-2003	10.000
1.2. Diversificação da pecuária através da introdução de novas raças de pequena criação						
1.3. Promoção da produção artesanal de queijo.						
<u>3. Pesca</u>						
3.1. Equipamento dos pescadores (novas embarcações, motores fora de borda)	Pescadores pobres da ilha Trabalhadores FAIMO	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novas associações de pescadores - Assistência técnica - Formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da pobreza na ilha - Aumento da produção de peixe e outros produtos do mar 		1999-2003	10.000
3.2. Aquisição de uma câmara frigorífica para conservação de peixe						
3.3. Criação de rede de comercialização dos produtos do mar						

4. <u>Floresta.</u> Desenvolvimento de actividades integradas na floresta de Calheta através : 4.1 Exploração de carvão 4.2 Criação de um espaço de lazer 4.3. Caça controlada	População pobre de Morro e de Calheta Trabalhadores das FAIMO	-Criação/reforço dos grupos de produtores - Assistência técnica - Formação profissional - Micro-crédito	- Redução da pobreza no Norte da ilha - Aumento da produção de carvão - Protecção de espécies em via de extinção - Rentabilização do perímetro florestal		1999-2003	2.000
5. <u>Exploração extractiva</u> Valorização dos recursos naturais disponíveis na ilha e de exploração fácil 1.1. Exploração da cal 1.2. Exploração das pedras ornamentais 1.3. Exploração e ensacamento do sal iodado	Trabalhadores das FAIMO	- Reabilitação da fábrica de cerâmica - Formação profissional - Assistência técnica - Micro-crédito	- Redução da pobreza no nordeste da ilha e na Vila do Maio - Desenvolvimento da produção da ilha		1999-2003	2.000
6. <u>Artesanato</u> 6.1. « Relance » das actividades de cerâmica 6.2. Consolidação do projecto de tecelagem	População pobre de Morro e de Calheta Trabalhadores das FAIMO	Assistência técnica Formação profissional Micro-crédito	Redução da pobreza nas comunidades de Morro e Calheta		1999-2003	1.500
2. <u>Comércio ambulante</u> Venda de produtos diversos	Trabalhadores das FAIMO		- Redução da pobreza no nordeste da ilha - Melhoria da disponibilidade dos produtos nas comunidades - Facilitação do escoamento dos produtos hortícolas e do mar		1999-2003	1.200

Sub-programa 1 ; Integração dos grupos pobres na economia.**Componente 2.** Formação para emprego e auto-emprego

Objectivos específicos Qualificação de mão-de-obra não qualificada, sobretudo mães solteiras chefes de família e jovens à procura do primeiro emprego em sectores de actividades cuja probabilidade de encontrar um emprego é bastante elevada e onde se faz sentir a necessidade de formação.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1- Formação profissional nos sectores de :	Mulheres chefes de família,	- programa de aprendizagem do IIEFP	- maior facilidade de ingressar no mercado de trabalho	IIEFP DGEX	1999-2003	5.000

<ul style="list-style-type: none"> - Construção civil - Mecânica - Técnico de frio - Carpintaria - Artes domésticas - Pastelaria - Corte & costura - Bordados - Cerâmica e tecelagem - Turismo - Gestão e contabilidade 	Jovens a procura do primeiro emprego	- alargamento das possibilidades de formação profissional através da alfabetização funcional	- maior capacidade para auto-emprego	ONG		
--	--------------------------------------	--	--------------------------------------	-----	--	--

Sub-programa 1.**Integração dos grupos pobres na economia.****Componente 3.**

Criação e melhoria das infra-estruturas de desenvolvimento socioeconómico

Objectivos específicos

Dotar as comunidades de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento e rentabilização das já existentes.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reabilitação do Centro Zootécnico de Calheta 2. Construção de um espaço para venda de peixe na Calheta 3. Construção de infra-estrutura para conserva de peixe 4. Construção de um matadouro 5. Construção de diques na Ribeira da Lagoa 6. Construção da barragem de Monte Vermelho 	População pobre de Calheta		<ul style="list-style-type: none"> - Criação de condições para o desenvolvimento de diversas actividades geradoras de rendimento - Aproveitamento de água pluvial e aumento da disponibilidade de água. 		1999-2003	

Componente 4.

Reconversão das FAIMO

Objectivos específicos

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento do perfil dos trabalhadores das FAIMO 2. Actividades contempladas no componente 1 do subprograma ! 						

Sub-programa 2. Melhoria do acesso social dos pobres**Componente 1.** Educação**Objectivos específicos** Contribuir para melhorar a rede escolar na ilha e criar condições para que todas crianças possam ter acesso ao ensino.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1. Construção de salas de aulas e instalações sanitárias 2. Melhoramento das infra-estruturas do pré-escolar e ensino básico 3. Transporte escolar 4. Formação de monitoras 5. Aquisição de materiais didácticos para os alunos pobres 6. Garantir uma refeição aos alunos pobres 7. Construção de um lar estudantil	Alunos carenciados da ilha		- Maior facilidade ao ensino da população pobre - Redução da taxa de analfabetos na ilha		1999-2003	11.000

Sub-programa 2. Melhoria do acesso social dos pobres**Componente 2.** Saúde

Objectivos específicos Apoiar o Município do Maio na criação de infra-estruturas de base, equipamentos e materiais para o desenvolvimento da saúde
 Melhorar a qualidade, a eficácia, a eficiência e a equidade local na prestação dos cuidados de saúde, nomeadamente os cuidados primários
 Melhorar os índices da mortalidade infantil e da má nutrição
 Diminuir a gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis e o número de filhos por mãe

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1. Aquisição de cadeiras para deficientes pobres 2. Reabilitação do posto sanitário de Pedro Vaz 3. Assistência medicamentosa aos vulneráveis 4. Programa de vacinação 5. Formação de jovens para divulgação do programa de saúde reprodutiva	Todos grupos pobres e vulneráveis da ilha		Melhorar a cobertura médica da ilha Redução do número de doentes pobres evacuados para Praia :		1999-2003	8.000.000

Sub-programa 2. Melhoria do acesso social dos pobres**Componente 3.** Água e saneamento**Objectivos específicos**

Contribuir para melhorar o sistema de abastecimento de água e criar mecanismo para solucionar os problemas mais evidentes do saneamento do meio.

Dotar as pequenas localidades de reservatórios e equipar furos que abastecem as mesmas.

Permitir as populações das localidades pobres a ter água em melhores condições.

Valorizar o excedente para agricultura.

Garantir a limpeza nas localidades.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1. Construção de dois reservatórios 2. Reparação de dois chafarizes 3. Equipamento de três furos 4. Rede de distribuição entre Vila e Calheta 5. Criação de condições para despejo com um sistema de recolha de lixo	Populações de S ^o António, Praia Gonçalo, R. D. João Todas localidades	 Campanhas de sensibilização para a limpeza das localidades	- Implementação de um sistema seguro para o abastecimento de água em quantidade e qualidade Melhoria do estado sanitário das localidades		1999-2003	16.000

Componente 4. Habitação**Objectivos específicos**

Criar condições para que as populações vulneráveis e pobres tem acesso a uma habitação condigna para melhorar as suas condições de vida e o nível social do Concelho.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1. Levantamento das casas degradadas 2. Apoio a auto-construção e a recuperação de casas de pobres	Vulneráveis e pobres da ilha		- Rédução do número das casas degradadas - Melhoria das condições de vida dos pobres		1999-2003	10.000

Sub-programa 3. Mobilização social**Componente 1.** Participação das comunidades pobres**Objectivos específicos**

Mobilizar as comunidades pobres, sobretudo os trabalhadores das FAIMO no sentido de deixar a mentalidade de assistência e substituí-lo para uma mentalidade de iniciativas de maior rendimento.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
Elaboração e implementação de um programa de desenvolvimento comunitário	População pobre do Norte da ilha		- Responsabilização progressiva para o auto-desenvolvimento das localidades pobres - Surgimento de iniciativas empresariais dos pobres		1999-2003	5.000

Componente 2. Informação e comunicação**Objectivos específicos** Consciencializar as comunidades sobre a problemática da pobreza.

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
Elaboração de cartazes e outros meios de informação	Toda população da ilha		Melhorar a informação sobre a problemática da pobreza na ilha e sobre os meios de luta apropriados		1999-2003	

Sub-programa 4. Reforço institucional**Componente 1.** Reforço institucional a nível municipal

Objectivos específicos Criar as condições para que o programa possa ser implementado rapidamente e com eficácia
 Facilitar a autonomia da Unidade de Coordenação e dos outros serviços da ilha, nomeadamente da Câmara e dos serviços desconcentrados do estado
 Capacitar os técnicos da UCM

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
1. Aquisição de equipamentos (Viatura, computador e impressora, software especializados, máquina de fotocópia)	UCM e estruturas municipais		-capacidades desenvolvidas para a UCM, - melhor coordenação e informação entre a UCM e a UCP		1999-2003	3.693

Componente 2. Reforço das capacidades das organizações da sociedade civil**Objectivos específicos** Criar condições para que a sociedade civil possa Ter capacidade de intervenção

Actividades	Grupo alvo	Modalidades de implementação	Resultados esperados	Parceiros	Calendário	Custos (contos)
Aquisição de uma Viatura Aquisição de Computador e Impressora	ONG's Grupos organizados		capacidade desenvolvida desconcentração na execução do programa		1999-2003	3200